

**PARADOXOS DA DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI
– EM ABONO DO ESPÍRITO LIBERAL DA FILOSOFIA
PORTUGUESA: *IN MEMORIAM*
DE PINHARANDA GOMES**

RENATO EPIFÂNIO

I. PARADOXOS DA DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI

Questionar a pertinência da Democracia no século XXI poderá parecer um exercício meramente ocioso – e em grande medida é, pelo menos no Ocidente. É que, glosando Ortega y Gasset, também *os modelos políticos são eles e a sua circunstância*. Ora, na nossa “circunstância” – histórica e geográfica – a Democracia, tal como no Ocidente a entendemos e praticamos, tornou-se, na prática, no único sistema exequível.

Nem sempre, como sabemos, assim foi. Quem, como nós, se formou em Filosofia, sabe, particularmente, que nem sempre, de todo, assim foi... Ainda hoje, uma das obras fundadoras da tradição filosófica no Ocidente é a *Politeia* (ou *República*), de Platão, um manifesto anti-democrático com argumentos que, no plano teórico, são, ainda hoje, não muito facilmente rebatíveis, para dizer o mínimo.

No essencial, o que Platão defendeu – e, na sua esteira, muitos outros filósofos, de Aristóteles a Nietzsche – foi o seguinte: as maiorias tendem a ser ignorantes; logo, um governo assente no apoio da maioria da população será sempre tendencialmente mau. Politicamente, um argumento como este é, nos dias de hoje, mais do que herético. Mas, paradoxalmente, ele subsiste em muitas outras áreas – há mesmo muitas pessoas ditas de “esquerda”, supostamente mais “democráticas”, que o usam para desqualificar os gostos maioritários na área da cultura: do cinema às outras (seis) artes, exemplos não faltam.

Historicamente, essa sempre foi uma atitude mais característica de pessoas ditas de “direita”. Daí o seu “elitismo”, nalguns casos assumido sem qualquer reserva. Da cultura à política, só as “elites”, e não as “massas”, é que deveriam decidir o que era realmente bom. No plano político, tal atitude consubstanciava-se numa desconfiança, quando não numa recusa, da Democracia. Paradoxalmente, há hoje muitas críticas ao dito “populismo” que recuperam esses argumentos. Veja-se, por exemplo, o que em geral se aduz contra os “referendos”.



Pela nossa parte, também nos sentimos num paradoxo. Por um lado, e ao contrário do que se tornou “*vox populi*”, consideramos que o sistema educativo, base sistémica da cidadania, está, em todos os seus níveis, cada vez pior – no ensino superior, em particular, isso parece-nos inequívoco, o que se deve, entre outros factores, à perda progressiva de hábitos de leitura. Hoje, em qualquer trabalho universitário, já quase não se citam livros, mas sim sobretudo, quando não apenas, “sites”. Ano após ano, está-se a perder o hábito de uma “leitura de fôlego”, em prol de uma “leitura fragmentada”, o que tem necessariamente consequências nefastas – desde logo, na capacidade de compreensão e de verbalização.

Por outro lado, porém, estamos absolutamente convictos de que o “caminho democrático” que se consolidou no Ocidente no último século não é reversível. As pessoas, em geral, interiorizaram que a opinião é livre e que têm todo o direito a exprimi-la. Por mais que o resultado disso não seja muitas vezes o melhor – veja-se, por exemplo, o que em geral acontece nas ditas *redes sociais*... –, o caminho não passa por retirar às pessoas o seu direito à livre opinião. Passa antes por intervir cada vez mais no espaço público, procurando elevar o nível das opiniões das pessoas, em prol de uma melhor “opinião pública”. Por mais frustrante que quase sempre seja, eis, a nosso ver, o único verdadeiro “caminho da cidadania”.

2. EM ABONO DO ESPÍRITO LIBERAL DA FILOSOFIA PORTUGUESA: *IN MEMORIAM* DE PINHARANDA GOMES

Em memória de Pinharanda Gomes, figura maior da Filosofia Portuguesa que nos deixou recentemente, partiremos aqui de um texto seu: falamos, em concreto, do seu Prefácio a uma edição de uma obra de José de Arriaga, ou, mais exactamente, de um excerto de uma obra sua: *História da Revolução Portuguesa de 1820*. O excerto corresponde ao Capítulo III do Livro II do Volume I da obra, intitulado “Movimento Intelectual”, e publicado, em separado, sob o título de “A filosofia portuguesa: 1720-1820” (Guimarães Editores, 1980). Fazemo-lo aqui em dupla Homenagem: a Pinharanda Gomes e ao próprio José de Arriaga, ilustre irmão de Manuel de Arriaga, o primeiro Presidente eleito da República Portuguesa.

Nesse seu Prefácio, começa Pinharanda Gomes por assinalar o quanto o consulado pombalino “bipolarizou o país e decidiu, ou cindiu em duas metades, a tradição portuguesa”, levando à “coexistência de duas nações no mesmo estado – os portugueses velhos e os portugueses novos”, sendo que, “em 1820, a dualidade estabelecia-se entre ‘católicos’ e ‘mações’” (p. 7). Ainda nas suas palavras: “a revolução de 1820, longe de contribuir para a harmonização do contexto, cavou, por falta de uma convergência opinativa substancial, o fosso pré-existente” (p. 8).

Depois, após fazer uma breve apresentação de José de Arriaga (pp. 8-10), salientando o quão a sua obra se norteia pelos “valores do pensamento” e não pela



mera “ideologia”, faz o elogio da obra *História da Revolução Portuguesa de 1820*: “Constitui um estudo sobre as bases da revolução liberal, numa visão planetária, que interroga, em plano simultâneo, os elementos sociais, a conjuntura política, o confronto dos interesses e, sobretudo, a polémica das ideias, tudo isto cifrado no entendimento de que o país estava dividido, e decadente, desde o reinado de D. Manuel I” (p. 10). Essa “visão planetária” decorre da sua percepção de que o que aconteceu no Portugal da época se explica também, senão sobretudo, pelas “pressões culturais exteriores”.

Em particular, pelas “duas pressões culturais exteriores: a inglesa, que prevaleceu até 1820, e a francesa, que se infiltrou depois de 1820, porque os emigrantes políticos vieram, no regresso, ‘cheios de ideias francesas’./ França e Inglaterra são, para o historiador, duas matrizes, ou duas plataformas de recurso, para as tendências filosóficas e culturais portuguesas. A França é o espaço da abstracção, da fina razão, do mecanicismo cartesiano. A Inglaterra é o trilho do realismo biológico, da teoria apostada à efectividade da prática, do empirismo orgânico. Por isso que, em obediência aos trâmites do apogeu português, a Inglaterra respondia melhor aos projectos do pensamento português, ou, conforme Arriaga prefere dizer, da ‘filosofia portuguesa’” (p. 11).

Eis, ainda segundo Pinharanda Gomes, o natural destino de “um pensamento que deviera invertebrado e, logo, submisso, a todas as modernidades que viessem de longe”, acrescentando: “A metafísica alemã, o racionalismo francês e o realismo inglês disputaram, em múltiplas instâncias, obras e datas, a predominância, mas, no parecer de Arriaga, a linha que assinalou o ideário de 1820 foi a inglesa, com prejuízo da francesa”. Em abono da sua tese, refere diversos factores, “designadamente a influência maçónica e a evidente anglofilia daqueles portugueses que, no Brasil, ou de lá, com passagem por Inglaterra, abriam a mente à filosofia e, sobretudo, à ciência e à economia política inglesas” (p. 12).

Como ressalva, porém: “Com tudo isso, Arriaga não pretende deduzir que a revolução de 1820 tivesse sido um acontecimento pensado de fora. Pelo contrário, ele admite que a revolução de 1820 foi ‘completa’, ‘toda inspirada em o sentimento nacional’, e, como demonstra, na tendência que, na época, predominava na filosofia portuguesa’. Ainda mais: entende que o movimento de 1820 foi posteriormente desviado por acasos posteriores, que ‘desgraçaram o reino”. Daí, ainda segundo Pinharanda Gomes, “a consciência, patente na obra de Arriaga, de que há um abismo entre a revolução pensada e a revolução feita, entre a revolução que a aristocracia pensa e a revolução que, na sequência, a democracia faz” (p. 13).

Eis, em suma, o ponto de convergência final entre José de Arriaga e Pinharanda Gomes, que, como se sabe, tinham pontos de partida bem diversos: José de Arriaga inscreve-se perfeitamente na linhagem vencedora da Revolução



Liberal de 1820; Pinharanda Gomes não tanto, ou não de todo. E, porém, este seu Prefácio é bem ilustrativo do verdadeiro espírito liberal que sempre o animou. Não tanto por “testemunhar o devido respeito ao pensamento do Autor [José de Arriaga]” (p. 15), mas por muito mais do que isso: por procurar compreendê-lo. Toda a obra de Pinharanda Gomes é, de resto, um excelente exemplo dessa incessante procura de compreensão de autores à partida muito distantes da sua matriz, sem com isso comprometer a sua matriz, o seu ponto de partida. E que é igualmente, a nosso ver, um dos traços mais distintivos da Tradição da Filosofia Portuguesa.

A esse respeito, partilhamos aqui, para encerrar, uma memória relativamente recente: em Junho de 2019, no Brasil, em Juiz de Fora, no âmbito do XIII Colóquio Antero de Quental, alguém se destacou pela negativa ao fazer, mais do que uma comunicação, um manifesto anti-marxista. Ora, nós que até na ocasião já nos tínhamos assumido como não marxistas, sentimo-nos na obrigação de contrariar esse manifesto, defendendo que o marxismo não poderia (ou, pelo menos, não deveria) ser contrariado naqueles termos. Julgamos, passe a presunção, que quer Pinharanda Gomes quer José de Arriaga, ambos igualmente não marxistas, teriam assumido exactamente a mesma posição se lá tivessem estado. Em abono do espírito liberal da Filosofia Portuguesa.



